

**A HABITAÇÃO PARA TRABALHADORES NA CONCESSÃO  
DA DIAMANG: MODELOS, MATERIAIS E DISPUTA NO  
COLONIALISMO PORTUGUÊS**  
**WORKERS' HOUSING IN DIAMANG'S MINING CONCESSION:  
MODELS, MATERIALS AND CONFLICT DURING PORTUGUESE  
COLONIALISM**

BEATRIZ SERRAZINA  
Universidade de Coimbra; Dinâmia'CET-Iscte  
beatriz.serrazina@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-4679-606X>

TEXTO RECEBIDO EM / TEXT SUBMITTED ON: 13/10/2024  
TEXTO APROVADO EM / TEXT APPROVED ON: 04/02/2025

### **Resumo**

As atividades extrativas da Diamang numa ampla região concessionada no distrito da Lunda, no nordeste de Angola, entre as décadas de 1910 e 1980, exigiram a construção de estruturas em diversas escalas, programas e contextos. Este artigo analisa a produção de habitação para os trabalhadores da companhia mineira, inquirindo os modelos desenhados e adaptados ao território, a diversidade de materiais de construção, assim como os processos de apropriação e contestação que os permearam. Cruzando diversos períodos do colonialismo português em África, o artigo explora agendas transversais que desafiam leituras dicotômicas e padronizadas dos modos de habitar. Entre centenas de aldeias e povoações, habitadas por milhares de trabalhadores e famílias, sobretudo oriundos de várias partes de Angola e Portugal, a Diamang procurou criar um «dialecto corporativo» que, contudo, esbarrou amiúde na

ambivalência entre imagéticas urbanas, tanto por parte do poder colonial como por parte das comunidades locais.

### **Palavras-chave**

Diamang; Angola; Habitação; Materialidade; Urbanidade.

### **Abstract**

Diamang's mining activities in a large concession area in the Lunda district, on the northeastern border of Angola, between the 1910s and the 1980s, entailed the construction of infrastructure at multiple scales, programmes, and contexts. This article analyses the production of housing for the company's workers, including the building models designed and adapted to the territory, the diversity of building materials, and the processes of appropriation and contestation. The article spans several periods of Portuguese colonialism in Africa and challenges the socio-spatial colonial dichotomies that persist in the present day. In hundreds of villages and settlements inhabited by thousands of workers and their families, mainly from different parts of Angola and Portugal, Diamang attempted to create a corporate "architectural dialect," but its plans often clashed with the ambivalent urban images expected by the colonial power and the local communities.

### **Keywords**

Diamang; Angola; Housing; Materiality; Urbanity.

### **Introdução**

A afirmação do colonialismo europeu em África, em vários tempos e diversas geografias, esteve em grande medida dependente da adjudicação de parcelas territoriais a companhias privadas. No início do século XX, as atividades de extração ganharam destaque pelas suas paisagens industrializadas, em contraste com os mundos rurais que predominavam em áreas remotas, onde as redes capilares do aparelho colonial seriam débeis. Nestes lugares, organizados como «concessões» e mais tarde descritos como «enclaves» (Rubbers 2018), muitas empresas construíram núcleos urbanos de várias escalas. Estas povoações, planeadas a partir de ambições «paternalistas», foram catalogadas como «paraísos de trabalho», «modernos» e «exemplares» (Crawford 1995; Borges e Torres 2012).

As atividades da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang) na fronteira nordeste desta colónia foram participantes na definição de uma paisagem particular e na construção política e material do império colonial português. A empresa de exploração, constituída em 1917 e dissolvida em 1988, operou numa área concessionada com 45 483km<sup>2</sup> (cerca de metade da área de Portugal continental). O centro deste conjunto foi a povoação do Dundo, a escassos quilómetros da fronteira com o antigo Congo Belga, acompanhado pelos grupos mineiros de Cassanguidi, Maludi, Andrada, Lucapa, Calonda e Luzamba. Estes seriam os principais «centros urbanos» – nomeados não pela sua escala, mas pelo facto de serem povoações de empregados «europeus» –, em torno dos quais se organizaram milhares de aldeias (com diferentes configurações, localizações e duração) para trabalhadores africanos – tanto os «contratados» vindos de outros lugares de Angola através de recrutamento coercivo, como os «voluntários» e famílias oriundos das comunidades locais. Em 1960, a Diamang reportou empregar mais de 25.000 pessoas, um número que cresceu de modo consistente deste o início da exploração. Esta força de trabalho exigiu a construção de infraestruturas de mobilidade e produção elétrica, incluindo estradas, pontes, aeródromos, centrais térmicas e barragens.

Numa região sulcada por rios e vegetação densa, estas povoações situaram-se na proximidade dos cursos fluviais de onde se extraíram diamantes, tirando partido da topografia para organizarem funções, programas e grupos étnico-raciais. A densidade do edificado foi sempre baixa, numa opção vincada da empresa para assegurar um maior controlo do espaço, com base em preocupações sanitárias e visuais. Neste sentido, a ideia de *representação* impôs-se como pilar da Diamang, em dois sentidos: observação e exibição; ou, como sintetizou Myers (2003), na necessidade de ver e ser visto, tendo os edifícios em «visões de domínio» e «lugares de visão».



Figura 1 – Vista aérea do Dundo, sede da Diamang [1965?], Arquivo Júlio Pedro.

Este artigo reúne vários temas tratados na investigação de doutoramento da autora (Serrazina 2024), aqui cruzados a partir de uma perspetiva particular – a habitação. A área concessionada às atividades da Diamang em Angola reuniu um conjunto de características que a tornam num terreno fértil e ímpar para pensar a pluralidade de modos de habitar em contexto colonial. Primeiro, a companhia dedicou-se simultaneamente à produção de espaço para trabalhadores africanos e europeus, exigindo um olhar menos dicotómico sobre o território. No campo da habitação, em que predominam os estudos sobre as concretizações de especialistas do «moderno tropical» (Milheiro 2012; Uduku 2013) ou sobre divisões sócio-espaciais, faltam ainda análises transversais, que permitam observar diferenças e semelhanças, assim como processos de apropriação (Vita 2023), já evidenciados pelas fronteiras porosas, fluídas e pouco dualistas da «cidade colonial» (Chattopadhyay 2000). Em particular, o desenho do espaço e a utilização de ferramentas da arquitetura e urbanismo em contextos coloniais laborais são temas ainda pouco explorados, sem prejuízo de contributos relevantes (Home 2010; Barker-Ciganikova et al. 2020). Para além de se ter afirmado como uma empresa de exploração económica, a Diamang

desenvolveu uma vasta atividade científica, cultural e etnográfica, que incluiu o estudo da habitação. O trabalho de José Redinha (1905-1983), curador do Museu do Dundo, que tem sido frequentemente citado a propósito da «casa colonial» (Redinha 1963), ganha novos contornos neste contexto, como veremos. Segundo, a companhia operou numa zona de fronteira, ativando relações transnacionais e inter-imperiais, assim como movimentos locais, que informaram o desenho da casa e o pensamento sobre modos de habitar. Esta posição relativa exige leituras a diversas escalas, desafiando o dominante «nacionalismo metodológico», que tem assumido o estado-nação como estrutura «natural» e afunilado as análises aos limites formais das fronteiras políticas (Wimmer e Schiller 2002). Terceiro, o período de operações da Diamang atravessa diversos períodos históricos, possibilitando uma visão ampla sobre os processos de conceção, construção e apropriação da habitação no decurso longo do colonialismo português do século XX, incluindo a necessária aferição de diferentes «condições de produção» (Domingos 2020).

A principal fonte da pesquisa foi o arquivo da Diamang, no Departamento das Ciências da Vida da Universidade de Coimbra (DVC-UC/AD), cuja documentação diversa – de relatórios a peças desenhadas e fotografias – permitiu uma leitura primária e plural dos processos de construção, desde a escala do território ao edificado. A partir do estudo de diversos modelos habitacionais, materiais construtivos e processos de contestação, o presente artigo pretende examinar de que modo(s) o ambiente construído, em particular a habitação, contribuiu para e foi reflexo das tentativas de criar a chamada «comunidade corporativa» e «civilizada» na concessão mineira na Lunda. O texto divide-se em três partes, pensadas em termos simultaneamente temáticos e diacrónicos. A primeira parte aborda o reconhecimento de diversos modos de habitar no início das atividades da companhia, na década de 1920, e as estratégias concertadas para transformar as paisagens física e social da empresa nos anos subsequentes. A segunda parte analisa os projetos de «disciplina» e «aformoseamento» do espaço e dos seus habitantes a partir da segunda metade da década de 1940. A terceira parte explora a otimização dos processos construtivos, materiais, tipologias e técnicas, como resposta à crescente pressão internacional e local para o desmantelamento do colonialismo em África, nas décadas de 1950 e 1960.

## Modos de habitar

O estabelecimento da Diamang em Angola exigiu o (re) conhecimento de diferentes modos de habitar. Na década de 1920, durante os primeiros trabalhos, Brandão de Melo, militar português que se destacou na fundação da empresa, constatava que «em toda a concessão da companhia não havia estradas, não havia pontes, não havia vias de comunicação; (...) e o viajante era forçado a utilizar a bússola e os caminhos de gentio e da caça para viajar através dessa região em que os indígenas eram hostis» (Melo 1932). As notas iluminavam a fragilidade da administração colonial e a dependência face à estrutura espacial. Ainda que faltassem elementos perceptíveis à incursão europeia, era evidente que a região não era *terra nullius* (Vansina 1998; Tavares 2009).

Os registos fotográficos do botânico Luiz Carrisso (1886-1937) durante a sua missão a Angola em 1927 revelariam como os chamados «bairros de indígenas» junto às minas da Diamang foram encarados desde cedo como lugares fundamentais para a construção do imaginário espacial da corporação mineira. Nas imagens seria visível a ordem das cubatas circulares, alinhadas num espaço livre de vegetação, acessível por um troço regular, com sistema de escoamento de águas<sup>(1)</sup>. Ao fundo, outras aldeias, também ordenadas, completavam aparentemente esta paisagem controlada.

---

(1) PT-UC-FCT-BOT/F/03-205, “Minas de diamantes do Luaco (Lunda). Bairro de trabalhadores indígenas. Julho 1927”.



Figura 2 – «Minas de diamantes do Luaco (Lunda). Bairro de trabalhadores indígenas, julho de 1927», Expedição de Luís Carrisso a Angola, PT-UC-FCT-BOT/F/03-205, DCV-UC.

No centro das povoações para os empregados «europeus», fundadas junto às principais minas, os modos de habitar também causaram desde cedo estranheza ao aparelho colonial português. A primeira equipa de engenheiros era composta por americanos e ingleses, muitos deles com experiência na África do Sul e na África Central. A construção dos edifícios espelhava a realidade destes técnicos, que traziam imaginários espaciais decorrentes da urbanística americana e do modelo da *company town*, traduzidos na ordem numérica e impessoal dos quarteirões reticulados, com impasses interiores, na utilização de tijolo vermelho, largas varandas e amplos espaços ajardinados ou ainda na designação das casas como «kapas» (do inglês *key*), que ainda hoje perdura. Estas «*little Americas*», como seriam descritas as cidades mineiras da África Central à época (Marcosson 1921: 247), iluminavam um conjunto de lugares influenciados por uma mesma rede de produção, sem prejuízo das diferenças entre contextos. No caso da Diamang, os relatos na

imprensa portuguesa evidenciavam a surpresa que aquele conjunto causava, sobretudo pela sua *imagem* de ordem e disciplina.

Apesar das várias tentativas de controlo da paisagem, através de inúmeros planos de «povoamento» e «fixação», alguns em colaboração com as autoridades coloniais, sobretudo a respeito da mão de obra africana, foi apenas na década de 1930 que a Diamang avançou para uma estratégia concertada sobre a produção do espaço. O ano de 1936 reuniu um conjunto de eventos de significativa importância, provando não só o pensamento transversal da companhia sobre a paisagem «corporativa» da região, como o impacto cruzado de várias agendas. A visita do Governador de Angola, António Lopes Mateus (1878-1955), em julho desse ano, serviu para a empresa anunciar uma abordagem «nacionalista» e «civilizadora», em evidente sintonia com a ascensão do Estado Novo em Portugal e consequente cartilha historicista e autocrata. O papel de Ernesto de Vilhena (1876-1967) como Administrador-Delegado da Diamang, cujo percurso profissional esteve ligado simultaneamente à expansão do projeto colonial português, à oligarquia portuguesa do século XX e a poderosos círculos financeiros internacionais, sendo ainda um dos maiores colecionadores de arte em Portugal (Carvalho 2014), justificaria várias das posições da empresa, com significativa influência nos modos de habitar promovidos na Lunda.

Esta mudança traduziu-se em comparações entre a paisagem produzida pela empresa em Angola e alguns lugares pitorescos de Portugal. A povoação de Maludi, por exemplo, foi descrita como «Sintra nos confins de Angola»<sup>(2)</sup>. Esta seria não só uma estratégia de alienação, própria das ansiedades do colonialismo (Guha 1997), como um esforço de transpor paisagens e imagéticas afetivas para África, que se revelou comum em vários lugares corporativos (Njoh 2007; Henriët 2021). Ou seja, as empresas ambicionavam oferecer aos seus funcionários brancos um quotidiano reconhecível, a partir de padrões de vida e representações espaciais entendidos como superiores.

---

(2) DCV-UC/AD, *A Província de Angola*, 10 Julho 1936.



Figura 3 – «Pormenor no Dundo, 1945», Relatório da viagem a África de Simões Neves, Arquivo Oliveira Salazar, UL-8A4, cx. 718, pt 1, PT/TT/AOS/D-N/002/0008/00001, Imagem cedida pelo ANTT.

Foi precisamente em 1936 que a Diamang fundou a sua Casa do Pessoal. A criação desta instituição aconteceu antes de qualquer tentativa por parte da empresa em modificar as habitações «americanas» de tijolo, talvez por se ter considerado aquele lugar de recreação como ponto de partida para uma mudança social mais ampla. Segundo a administração da companhia, os propósitos da Casa do Pessoal eram vários, como «atenuar as condições do isolamento», «criar incentivo ao interesse e rendimento do trabalho», «intensificar o convívio entre pessoal» e «desenvolver o gosto pelas belas-artes, bons autores e suas obras»<sup>(3)</sup>. Os comentários de Vilhena e outros quadros da companhia, com críticas aos «homens rudes, bisonhos, mal-amanhados, que voltam da Lunda desempenados, bem postos, bem falantes» e aos «arraias

---

(3) ANTT, AOS 8A1 Cx. 718, «Relatório Trimestral dos Administradores por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola, de 1950. Pequeno esboço histórico da vida da Diamang desde a sua origem até à actualidade».

minhotos sem imaginação», aclaravam a sua ambição em moldar a comunidade mineira através de uma «modernização conservadora» que dominou os grupos capitalistas da época, também em Portugal (Louçã 2020). Neste contexto, a produção do espaço seria direcionada para mais «satisfazer a necessidade de legitimidade e coesão social do que concentrada em aspetos formais ou estéticos» (Carvalho 2018: 413). Esta opção explicaria também, de modo mais geral, o desinvestimento continuado da companhia na contratação de arquitetos ou outros especialistas, em contraste com a expansão da arquitetura moderna em Angola ou nas companhias mineiras no Congo Belga (Lund 2017).

Em paralelo às transformações dirigidas à população branca, a Diamang fundou outra das instituições que mais peso teve na transformação do habitar na Lunda. Um mês depois da visita de Lopes Mateus, a companhia recebeu Leopold Mottoulle, médico belga, para estabelecer as primeiras linhas do Serviço (depois Secção) de Apoio à Mão de Obra Indígena (SPAMOI). Mottoulle tinha dedicado a última década a traçar as «políticas de estabilização» das companhias vizinhas, incluindo estudos sobre a gestão das aldeias, da habitação e da «assistência» aos trabalhadores e respetivas famílias (Mottoulle 1946). Desde o instante inicial que os objetivos da SPAMOI ficaram evidentes no que diz respeito à (re)configuração cruzada do território e da hierarquia laboral. Segundo a cartilha da secção, os «contratados» deveriam ser «orientados» no alojamento junto às minas, onde a Diamang construiria aldeias para transformar aqueles homens em trabalhadores produtivos. Já os trabalhadores «voluntários» e famílias, bem menos permeáveis à ação da empresa, seriam alvo de tentativas para a «conservação e aformoseamento das suas aldeias», num equilíbrio delicado que todos os envolvidos tinham interesse em manter.

Perante o frágil acesso ao território, os trabalhos da SPAMOI foram iniciados através das chamadas «aldeias de propaganda» e «aldeias-modelo». A designação era bastante sugestiva do propósito destes lugares, também experimentados no Congo Belga, numa versão radical de «aldeias de aprendizagem» (Hanretta 1999). Os planos demonstram a visão dos agentes coloniais acerca do potencial transformador do espaço. As imagens então registadas revelariam aldeias construídas no compromisso possível entre as múltiplas dinâmicas espaciais dos intervenientes, confirmando as anteriores

capturas de Carrisso. As casas seriam dispostas linearmente, em oposição aos anteriores arranjos circulares, mas mantinham-se os espaços exteriores comuns, como os terreiros de batuque, que obedeciam às formas de habitar das comunidades africanas. Ainda que a Diamang tenha alegado pelo «respeito» mútuo da solução, esta realidade demonstrou desde logo a sua incapacidade em condicionar o espaço doméstico das aldeias. Aos moradores destes lugares, a SPAMOI dizia «exigir duas contrapartidas», sem negar o recurso a métodos coercivos: a manutenção das aldeias em «perfeitas condições de higiene» e a angariação de famílias dispostas a trabalhar na exploração<sup>(4)</sup>. Os sobas, responsáveis pela gestão da aldeia, seriam ofertados com uma habitação em pedra, adobe e cimento, cobertura em chapa de alumínio, com uma varanda, numa tentativa evidente de transformação da casa às formas e materiais europeus.



Figura 4 – «Trabalhos da SPAMOI: Aldeia alinhada com cássias ao fundo, 1945», Relatório da viagem a África de Simões Neves, Arquivo Oliveira Salazar, UL-8A4, cx. 718, pt 1, PT/TT/AOS/D-N/002/0008/00001, Imagem cedida pelo ANTT.

(4) DCV-UC/AD, SPAMOI: *Relatório Anual*, 1939.

Em contraste com as primeiras estratégias de ocupação, nas quais os diferentes grupos étnicos foram nomeados, o «espaço africano» foi rapidamente tomado pela Diamang como uma entidade homogénea, tendo a «aldeia» como unidade-base. Contudo, e ainda que a SPAMOI tenha efetivamente orientado a construção das povoações conforme as diretivas, as diferenças visíveis nas fotografias de várias aldeias iluminam as origens distintas dos habitantes e a sua responsabilidade na construção da casa, com linguagem edificatória própria. Se o aparelho colonial parece ter desprezado a diversidade, observando a «cubata indígena» como um produto uniforme, a realidade no terreno mostrou-se sempre plural.

Foi ainda neste período que a Diamang publicou uma série de fotografias reveladoras da importância crescente do espaço da habitação. No relatório de 1936, a ser entregue ao governo português, foi dada à estampa uma imagem do «tipo das modernas habitações indígenas comparado com o das antigas cubatas»<sup>(5)</sup>. Ou seja, a empresa mostrava um pretense *antes e depois*, que seria resultado da sua atuação. No relatório seguinte, uma nova composição fotográfica com diferentes habitações sublinhou a crescente sistematização do olhar da companhia sobre as aldeias dos trabalhadores. As características formais destas casas tinham correspondência com as habitações dos campos mineiros do Congo Belga (Nitsen 1933): paredes em tijolo, planta retangular, varanda frontal, portas e janelas. Assim, e ainda que a maioria do alojamento nas minas fosse de capim, como apontam outros documentos, a empresa sinalizava as suas aspirações em direção a outros processos construtivos e modos de habitar legíveis à incursão ocidental. Os «tipos» de habitação – para «assimilados», «contratados», e «voluntários», de acordo com as legendas – reproduziam categoriais coloniais e marcavam a relação cada vez mais evidente entre a produção do espaço e a estratificação sócio-laboral, que se iria acentuar nas décadas seguintes nas regiões extrativas da África Central (Cooper 1996; Parpart 1983).

---

(5) ANTT/AOS-D-N/2-2-1, Relatório dos administradores da Companhia de Diamantes de Angola, 1936.



Figura 5 – «Tipo das modernas habitações indígenas comparado com o das antigas cubatas, 1936», Relatório dos administradores da Diamang, Arquivo Oliveira Salazar, UL-8A, cx. 712, pt. 1, PT/TT/AOS/D-N/002/0002/00001, Imagem cedida pelo ANTT.

### **Aformosear e disciplinar**

Uma vez lançados os ditos «alicerces da ação nacionalizadora» da Diamang, as décadas seguintes foram pautadas por um aceleração nas estratégias espaciais, com foco no «aformoseamento» e «disciplina». O «dialeto arquitetónico» utilizado pela companhia reforçava a sua aproximação ao léxico urbano português, mas sem que fossem perdidas as ligações aos pares mineiros em África e à respetiva «nuvem de conhecimento» inter-imperial, de contornos difusos, mas influente (Kamissek e Kreienbaum 2016). Ou seja, os sucessivos ajustes no espaço derivaram de várias transferências de conhecimento entre os múltiplos agentes, épocas e geografias concorrentes na história das companhias de exploração, como propôs Wendy Roberts (2014) para o caso da Tasmânia.

Em 1944, a Diamang voltou a frisar a sua ambição em criar uma «verdadeira e bem equilibrada sociedade colonial, [n]um meio e ambiente de facilidade e alegria que difícil será encontrar em qualquer

outra parte»<sup>(6)</sup>. A competição sócio-espacial incluía acima de tudo as congéneres belgas, mas também os grandes empreendimentos industriais em Portugal, nomeadamente a Companhia de União Fabril (CUF), no Barreiro, e a Cimenteira Maceira Liz, em Leiria, ambas investidas na criação de bairros «exemplares» (Martins 2017; Bolas 2021). Também estas empresas promoveriam povoações de baixa densidade, com habitações distintas e vincada hierarquia laboral. Todavia, ainda que a nota da Diamang incluísse apenas a comunidade branca da Lunda, as estratégias no terreno foram transversais, reforçando um olhar coeso e de contágio dentro da concessão mineira.

Os «melhoramentos» previstos pela Diamang consideraram tanto o espaço físico das povoações como o espaço social dos trabalhadores, interligando-os. Havia «construções necessárias» a fazer, que, na opinião da administração, sustentariam um novo contexto «civilizador». De acordo com as notas de Vilhena, era cada vez mais importante atender aos «aspectos estéticos de uma residência de gente civilizada»<sup>(7)</sup>. A resposta da companhia foi expressiva. Em 1945, as «povoações mineiras» receberam a designação de «centros urbanos» de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> classe e foi iniciada a construção de novos edifícios de habitação, de varandas amplas, pátios e jardins cuidados, que seriam regularmente inspecionados, incluindo interiores. Nenhum empregado era proprietário da casa, nem do recheio, controlado através de uma rigorosa listagem, e a cada renovação do contrato era frequente a mudança de habitação. Foram também construídos vários equipamentos participantes neste processo de *urbanidade disciplinadora*, alicerçada à abordagem «científica» da companhia (Porto 2009), como o Museu Etnográfico, a Estufa Fria, a Casa de Repouso, a Estação Meteorológica ou o Jardim Zoológico. A Casa do Pessoal do Dundo recebeu um novo edifício, de maiores dimensões e linhas conservadoras, em 1947, que refletia os debates sobre as Casas do Povo, a expansão da rede recreativa da Fundação Nacional para a Alegria do Trabalho (FNAT) em Portugal e da arquitetura corporativa do Estado Novo, robustecendo a conexão entre contextos (Freire 2012; Ferreira et al. 2016).

---

(6) DCV-UC/AD, Ordem de Serviço 9-D/44.

(7) DCV-UC/AD, Ordem de Serviço 12-D/42.



Figura 6 – «Casa do Pessoal no Dundo, 1960», Arquivo Júlio Pedro.

As interdependências entre as várias realidades da concessão mineira também seriam mais extensas e óbvias a partir deste período. Um dos projetos mais influentes no processo de «embelezamento» da habitação dos trabalhadores africanos da Diamang foi o «Concurso da Melhor Aldeia», promovido a partir de 1947 e com edições anuais até 1963. Apesar das origens múltiplas, do Congo Belga a Moçambique<sup>(8)</sup>, seria inevitável considerar a influência do «Concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal», organizado em 1938 pelo Estado Novo. Na Lunda, o concurso destinou-se às «aldeias da região», que se mostravam impermeáveis às ações da SPAMOI. Nos anos anteriores o serviço tinha implementado uma «aldeia modelo» – para «despertar um sentimento de gosto e sensação de bem-estar» – e promovido o tipo de «casas duplas com varanda», de tijolo, com dois quartos, para duas famílias, mas estas tinham ficado circunscritas às povoações de «contratados»<sup>(9)</sup>. No relatório de 1945, o

(8) A documentação da empresa aponta para influências da cartilha de Leopold Mottoulle, que sugeria «prémios para as habitações mais coquetes», e para a «Festa Gentílica» organizada pela Sena Sugar Estates, em Moçambique.

(9) DCV-UC / AD, *SPAMOI: Relatório Anual*, 1940.

responsável da SPAMOI notava a fragilidade da ação da empresa e a solução surgiu nos termos seguintes: «talvez criando um prémio (...), a conferir à melhor casa construída»<sup>(10)</sup>.

Uma vez aprovada a criação da «Festa», três sobas da região, nomeados pela Diamang, percorreram a área mineira em 1946. A sua escolha deveria resultar de um questionário previamente organizado, reunindo um conjunto de características concordantes com a visão ocidental da «casa moderna» em África: paredes em adobe, patamar de elevação, varandas assentes em colunas de tijolo, reboco exterior e interior, e cobertura em bom estado. Outros elementos importavam pela quantificação, como o número e medidas de portas, janelas e compartimentos.



Figura 7 – «Mina Mussolegi, 1946» [Casas duplas com varanda], Inspeção da Mão de Obra Indígena, Universidade de Coimbra / Faculdade de Ciências e Tecnologia / Departamento de Ciências da Vida / Arquivo Diamang - Companhia de Diamantes de Angola (DCV-UC / AD).

Importa notar que foi neste período que José Redinha (1905-1983), etnógrafo e funcionário colonial português, assumiu funções como Conservador do Museu do Dundo. Redinha seria um «conhecedor profundo» da região (Valentim 2020) e desenhou a chamada «Sanzala

---

(10) DCV-UC / AD, *SPAMOI: Relatório Anual*, 1945. A direção da Diamang aprovou a ideia numa nota lateral.

Folclórica do Museu», inaugurada em 1946. Este espaço, num lugar central do Dundo, foi descrito nos relatórios da companhia como uma «sanzala quioca, de 16 casas de diferentes tipos, usados na construção das suas habitações»<sup>(11)</sup>. A sua organização teria obedecido às tradições locais, incluindo técnicas de construção. Entre os «costumes dos antigos» estava a utilização de «boa madeira» e capim, a queima superficial dos prumos em contacto com o chão como estratégia de conservação, a construção de varanda na frente, o revestimento interno e externo das paredes com barro vermelho, e a sua pintura a branco. Seria também prática comum adornar as paredes com pinturas de barro e carvão. Importa sublinhar estas práticas porque foram utilizadas nas estratégias promovidas pela SPAMOI nos anos seguintes, mostrando que o conhecimento colonial esteve também ancorado na observação local, dando origem a «tecnologias criolas», não necessariamente modernas nem simplesmente tradicionais (Edgerton 2007). Por outro lado, o posterior impacto da obra de Redinha (1963) na «tipificação» da «casa tradicional angolana» (Figueiredo 2022), incluindo nas instituições públicas – caso do Instituto do Trabalho, Previdência e Ação Social (ITPAS), que publicou o seu livro –, aponta para o potencial papel, ainda que indireto, da ação da Diamang na justificação de posteriores políticas de «bem-estar», paternalistas e assistencialistas, do estado colonial português (Jerónimo 2023), cujos contornos no desenho da habitação estão por estudar.

Por outro lado, o decurso da «Festa da Melhor Aldeia» mostra que a transformação do habitar na Lunda foi sempre participada por várias agendas. As fotografias das edições iniciais expunham o cumprimento do questionário da Diamang e, até 1955, a adesão permaneceu consistente, impulsionando um conjunto alargado de prémios ou versões intercalares, como o «Concurso das melhores habitações indígenas»<sup>(12)</sup>. O papel da mulher no «embelezamento» das povoações ficaria também patente, tornando a figura feminina num alvo importante da SPAMOI. Não tardou, todavia, que este propósito fosse desafiado e instrumentalizado pelas comunidades da região. No fim da década de 1950, as notas da SPAMOI começaram a sublinhar que o serviço «não pod[ia] deixar de orientar e até executar» os trabalhos. Numa das edições, os habitantes esperaram que a Diamang fornecesse materiais, sobretudo blocos de

---

(11) DCV-UC/AD, *Relatório Anual do Museu do Dundo*, 1944, 15-19.

(12) DCV-UC/AD, *Relatório Anual da SPAMOI*, 1952, 42.

adobe e chapa de alumínio – por entenderem ser aquele o modelo premiado, não por estarem a abdicar dos seus métodos tradicionais de construção. Seria também notado um aproveitamento do concurso para a ascensão social de certos grupos. A este respeito, o serviço escreveu que

os trabalhadores que pretendem casa deste tipo [de tijolo e chapa de zinco] pretendem elevar-se dos demais, criando um pseudo-prestígio e mantêm-se isolados. Vão rareando as tradicionais aldeias em que a casa grande, ao centro, pertencia ao soba (DCV-UC/AD, *Relatório Anual da SPAMOI*, 1962).

No conjunto, as notas deixavam a descoberto os caminhos díspares que estariam a ser trilhados na Lunda. Por um lado, a difícil «conservação» de uma aparente «autenticidade» (manipulada?) entre as estruturas nativas (Valentim 2020), que serviria de suporte ao amplo projeto «científico» da Diamang, com bastante relevo na comunidade internacional. Por outro lado, a tentativa de «modernização» de uma *imagem* do trabalhador africano através do espaço, ainda que sem correspondência nas aldeias.



Figura 8 – «Casa em Andrada, distinguida com um primeiro prémio, 1961», Relatório Anual da SPAMOI, DCV-UC/AD.

## Propaganda e «estabilização»

A conjuntura política, tecnológica e social do pós-guerra obrigou a Diamang a alterar a sua abordagem espacial, tanto por força da expansão das operações da companhia como pelo crescente escrutínio da ordem laboral. Importava construir de modo célere e otimizado para acomodar empregados que chegavam em grande número de Portugal, assim como os milhares de trabalhadores e famílias africanos recrutados para as minas e lavras da companhia. Na década de 1950 foram testados uma série de materiais, métodos de construção e tipologias que seriam *pré-condição* e *consequência* de novos modos de habitar. Neste processo a Diamang revelou a influência cruzada dos vários pares com quem dialogou nas décadas anteriores, testando «casas airform», seguindo o modelo de Wallace Neff – disseminado no Senegal, mas também com aplicações noutras povoações mineiras do Congo Belga –, casas pré-fabricadas «Trajinha», importadas de Portugal e usadas também em Cabora Bassa, em Moçambique, casas desmontáveis «Studal», desenhadas pelo arquiteto Jean Prouvé, ou ainda novas máquinas de fabrico de blocos de terra, importadas de Inglaterra (Serrazina 2024: 268-273).



Figura 9 – «Dundo-Luachimo: antigas casas metálicas pré-fabricadas, remodelação, 1967», Relatório Anual da DSOVC, 1967-69, DCV-UC / AD.

Estas circunstâncias foram alimentadas por fóruns internacionais e inter-imperiais, por novas produções científicas e tecnológicas, assim como pelos anseios das administrações coloniais, cujos contornos não caberá aqui detalhar, mas aos quais a Diamang não ficou alheia. Neste contexto, seria evidente a crescente atenção dada às «estratégias de estabilização» laboral que começavam a ser debatidas para lá do círculo restrito das companhias de exploração. Registaram-se ainda mudanças legais, cujos resultados no terreno seriam lentos (e nem sempre efetivos). Na Lunda, a «casa de tipo definitivo» da Diamang foi apresentada em 1961 como um «valioso instrumento de propaganda»<sup>(13)</sup>, sintetizando o papel significativo atribuído à habitação. A consolidação destas estruturas seria essencial para sustentar a atividade da companhia, tanto do ponto de vista económico como político. Este «novo modelo» de habitação, porém, abrangia múltiplas soluções – desde as anteriores «casas duplas» que mantinham o adobe à vista, a construções para quatro famílias, com um quarto e cozinha por agregado, de paredes rebocadas –, deixando patente a política habitacional errática da companhia.

Neste mesmo período foi ainda produzido um vasto corpo teórico sobre a habitação em contexto colonial (Fry e Drew 1947; Aguiar 1952). O seu impacto na Diamang terá sido aparentemente escasso, mas de influência inevitável num contexto cada vez mais global. Seriam também crescentes os entrosamentos entre os temas da colonização, industrialização e urbanização, como mostra o volume sobre as *Social Implications of Industrialization and Urbanization in Africa South of the Sahara*, pela UNESCO, em 1956, que reforçou os lugares mineiros como pontos centrais de produção e investigação sobre a habitação em África. Como participante e *modelo* em vários debates, a Diamang pretendeu mostrar múltiplas realidades habitacionais na Lunda. As operações de alojamento seriam enquadradas no capítulo da «assistência ao trabalhador e sua família». Mais uma vez, e de modo direto, a companhia fez pontes com a cartilha estado-novista, comparando a sua ação «humanitária e civilizadora» às atividades promovidas pela Fundação Nacional para Alegria no Trabalho (FNAT) em Portugal. Neste contexto, o alojamento para trabalhadores de Cabo Verde, chegados em 1949, foi apresentado como um dos «exemplos mais dignos», pela organização de casas «melhoradas». A presença destes homens, considerados pelo «grau de civilização superior», tinha levado a outro nível de desigualdade étnico-racial, com paralelos noutras geografias do colonialismo português.

---

(13) DCV-UC / AD, *Relatório anual da SPAMOI*, 1961.

No entanto, a realidade no terreno não se adivinhava estável. Na documentação da Diamang seriam patentes falhas legais, ainda que justificadas no «respeito» pelas comunidades africanas, repisando argumentos antigos. Se os materiais não eram «definitivos», como exibiam os «modelos», tal refletiria não só a duração variável das minas, como a recusa do trabalhador em «aceita[r] de bom grado transformações radicais do seu modo de vida, (...) [e, assim, se] considerar confortavelmente instalado e à sua vontade em casas do tipo a que se habituou»<sup>(14)</sup>. Admitia-se que muitas famílias preferiam construir a sua própria casa, sem que a Diamang especificasse a posição laboral ou geográfica destas pessoas. Para ilustrar o argumento, foi apontado o insucesso recente do «bairro para estâgios» perto do Dundo, construído com casas de tijolo, incluindo cozinha e instalações sanitárias, de acordo com os padrões técnicos, onde «nunca os indígenas mostraram o mínimo agrado em residir». A este exemplo somaram-se outras situações, como o caso do Calemba, onde a SPAMOI teria tentado oferecer casas aos grupos da região, mas sem sucesso porque «não houve soba que aceitasse viver em casas de contratados». Ou seja, apesar de décadas de tentativas de alteração da paisagem na Lunda, ficava exposta a rejeição dos «modelos» e modos de habitar ocidentais.



Figura 10 – «Bairro para trabalhadores cabo-verdeanos, 1952», Elementos para a Conferência InterAfricana do Trabalho, DCV-UC/AD.

---

(14) DCV-UC/AD, *Conferências Interafricanas do Trabalho*, 1948-53.

Em 1953, depois das críticas do sociólogo Gilberto Freyre (1900-1957) sobre a situação habitacional dos trabalhadores na Diamang (Freyre 1953: 353), a companhia reprovaria o «deslumbre» de «exemplos alheios». Em paralelo, porém, e de modo contraditório, as autoridades portuguesas seriam criticadas pelos altos quadros da Lunda por «não se execut[arem] [casas] em Angola, tanto quanto possível, por cópia ou por imitação pelo que já está lá fora devidamente estudado e experimentado». Foi então referido o *Bulletin du Centre d'Études des Problèmes Sociaux Indigènes*, publicado pela instituição de mesmo nome (CEPSI), recentemente fundada no Congo Belga. A Diamang elogiou os «curiosos e apropriados modelos de habitação» e a «ampla matéria para ajudar eficazmente a resolver o problema do alojamento dos indígenas»<sup>(15)</sup>. Entre estes, estavam as casas do Copperbelt, com desenhos e materiais devidamente especificados, e cujos programas mais básicos, com quarto, cozinha e varanda, e latrina comunitária, seriam adotados na Lunda.

Freyre tinha também deixado uma avaliação negativa sobre as «casas de tijolo vermelho, que me dão a impressão de estar nos Estados Unidos ou na Califórnia». As habitações dos funcionários brancos eram descritas como «bonitas, com gramados, com sebes de buganvílias, com jardins à inglesa», mas tal cenário resultaria de um «controlo profilático», numa «vida artificial» de uma «cenografia tropical» (Freyre 1953: 350-360). As apreciações seriam recebidas pela Diamang e pelo aparelho colonial com sobressalto. As moradias da Diamang tinham sido avaliadas de modo positivo por diversas frentes, ao longo de vários anos. Em 1936, os jornalistas tinham notado os «pequenos *chalets* para repouso» enquanto os diretores da empresa celebravam o «espírito de bairrismo» na companhia, por traduzir brio na manutenção do espaço doméstico. Os «progressos de urbanização» seriam acompanhados com «muito interesse» por Vilhena (1954), e a administração sublinharia o «progresso e bom gosto» das «casas modernas»<sup>(16)</sup>. Nos estudos sobre a «casa colonial», Almeida Garrett tinha indicado as habitações da companhia como modelos «de referência» entre as construções para colonos em África (Garrett 1940), à semelhança do que faria depois João de Aguiar, diretor do Gabinete de Urbanização Colonial (Aguiar 1952). Estas notas incluíam aspetos formais e estéticos, técnicas de construção e organização espacial, revelando as várias dimensões consideradas pela companhia.

---

(15) DCV-UC/AD, Correspondência, 10 Abril 1953.

(16) DCV-UC/AD, *Direcção Administrativa. Urbanização e Saneamento, 1945-1947*.

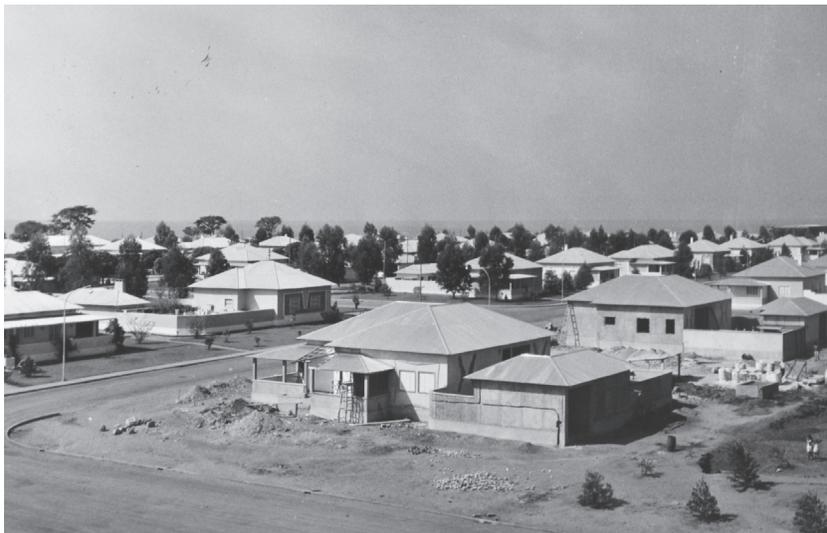


Figura 11 – «Lucapa. Casas de habitação para empregados em construção, 1970», Relatório Anual da DSOVC, DCV-UC/AD.

Foi no seguimento destes episódios, mas já no início da década de 1960, com o começo da guerra de libertação em Angola, que os protocolos habitacionais da Diamang voltaram a transformar-se. Os processos de construção das casas para «europeus» tornaram-se céleres e «económicos», com a introdução de «projetos-tipo», cada vez mais padronizados, e novos materiais, como o *celotex* nos tetos e as fachadas rebocadas e pintadas. As plantas das moradias foram mantidas simples, com varanda na fachada principal, salas e quartos na frente, cozinha e sanitários recuados, e pátio e garagem traseiros, incluindo um pequeno lavabo para criados. Com a mesma distribuição interior foram também construídos edifícios de quatro moradias geminadas, com dois andares, que ficariam conhecidos como casas «J. Pimenta», numa referência aos «apartamentos de rendimento» que proliferavam nos subúrbios de Lisboa. Não havendo semelhança formal entre soluções, é possível considerar a atribuição toponímica como uma tentativa da comunidade mineira da Lunda em aproximar-se da «modernidade» da classe média portuguesa.

Em paralelo, muitos trabalhadores africanos passaram a viver em «bairros» dotados de eletricidade e água – redes até então exclusivas aos empregados brancos – e novos equipamentos, como os Centros Recreativos. Espelhando o percurso plural da Diamang em matéria de habitação, as soluções incluíam «casas duplas», «tipos semi-definitivos» e blocos coletivos de oito quartos, de acordo com os lugares e populações. Em 1966, durante a fundação do novo sector mineiro oeste, a companhia construiu «bairros do quadro auxiliar para assimilados», pela primeira vez no perímetro urbano. Os técnicos defendiam que as suas «habitações compactas» tinham um «contraste marcado» com os edifícios dos empregados europeus, mas já sem argumentos para promover uma maior distância com base sócio-racial.



Figura 12 – «Bairro para trabalhadores no Caingági, 1963», Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63, DCV-UC/AD.

## **Conclusões**

A leitura sistemática e cruzada dos vários lugares e tempos da Diamang revela importantes nuances que complexificam o trajeto edificatório na Lunda e dão palco a desafios metodológicos.

A este respeito, notamos a impossibilidade de examinar os «centros urbanos» ou «aldeias para trabalhadores» através de linhas distintas, sem atender aos seus contágios – até porque cada uma destas categorias englobou realidades muito distintas ao longo do tempo e no espaço. Importará questionar a validade e persistência de leituras dualistas, que não só repetem a retórica colonialista, como ofuscam pontos de conexão e resistência. A traços largos, é possível identificar três grandes momentos na gestão habitacional da empresa: um primeiro período extrativo, até meados da década de 1930, informado pelas exigências da exploração e por preocupações sanitárias; uma segunda etapa, até ao início da década de 1950, dominada por uma visão nacionalista e de *urbanidade* – como sinónimo de «civilização» –, que teve como resultado a construção pontual de edifícios «modelo»; e o terceiro período, lançado na década de 1950 e acelerado a partir do início da guerra colonial, em 1961, de sistematização de «tipos», técnicas e materiais construtivos, para uma edificação mais célere e eficaz.

Este conjunto foi pautado por momentos de ambiguidade, justaposição e dispersão – algumas dos quais procurámos sublinhar neste artigo –, que mostram a participação e disputa por parte de várias agendas. As sucessivas tentativas de reformar modos de habitar na Lunda tiveram e continuam a ter uma influência significativa no território, mas não resultaram de uma política concreta de habitação da Diamang. A companhia operou em diversas frentes, com graus de concretização distintos e em resposta tanto a contextos políticos e tecnológicos mais amplos como a dinâmicas locais, remetendo para a importância dessa pluralidade na articulação entre colonialismo, as suas especializações e modos de habitar.

## **Agradecimentos**

Investigação financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, FCT (SFRH/BD/122658/2016) e pela União Europeia (ERC, ArchLabour, 1101096606). Os pontos de vista e opiniões expressos são, no entanto, da exclusiva responsabilidade do autor e não refletem necessariamente os da União Europeia ou do Conselho Europeu de Investigação. Nem a União Europeia nem a autoridade que concedeu

o financiamento podem ser responsabilizadas pelos mesmos. O projeto ArchLabour é coordenado por Ana Vaz Milheiro.

A autora agradece aos revisores pelos excelentes comentários.

## Fontes

Arquivo Fotográfico de Botânica, Universidade de Coimbra, FCT, DCV, Documentário Africano. PT-UC-FCT-BOT/F/03-205, “Minas de diamantes do Luaco (Lunda). Bairro de trabalhadores indígenas. Julho 1927”. Expedição de Luís Carrisso a Angola, 1927.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivo Oliveira Salazar (ANTT/AOS). ANTT/AOS-D-N/2-2-1, “Relatório dos administradores da Companhia de Diamantes de Angola, 1936”.

« — » UL-8A1, Cx. 718, “Relatório Trimestral dos Administradores por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola, de 1950. Pequeno esboço histórico da vida da Diamang desde a sua origem até à actualidade”.

« — » UL-8A4, Cx. 718. “Relatório da viagem a África do Administrador J. Simões Neves”.

Arquivo Privado de Júlio Pedro, fotógrafo da Diamang. Vista aérea do Dundo, sede da Diamang [1965?].

« — » Casa do Pessoal no Dundo, 1960.

Departamento das Ciências da Vida, Universidade de Coimbra, Arquivo Diamang (DCV-UC/AD). A Província de Angola, “O Sr. Governador Geral na Companhia de Diamantes de Angola. Um brilhante discurso de Quirino da Fonseca”, 10 Julho 1936.

« — » Ordem de Serviço, 12-D/42.

« — » Ordem de Serviço, 9-D/44.

« — » SPAMOI: Relatório Anuais, 1939, 1940, 1945, 1952, 1961, 1962.

« — » Relatório Anual do Museu do Dundo, 1944.

« — » Direção Administrativa. Urbanização e Saneamento, 1945-1947.

« — » Conferências Interafricanas do Trabalho, 1948-53.

« — » Correspondência, 10 Abril 1953. Mão de obra indígena. Recrutamento. Períodos dos contratos, salários, taxas e alojamentos, 1953-1954.

« — » Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63.

« — » Relatórios Anuais da DSOVC, 1967-69, 1970.  
Melo, Brandão de (1932). “Nas minas de Diamantes”, *Boletim Geral das Colónias*, 88. Agência Geral das Colónias, 267-268.

## **Bibliografia**

- Aguiar, João de (1952). *L'habitation dans les pays tropicaux: organisation des communautés, disposition des logements, considérations d'hygiene dans les logements*. Lisboa: Federation Internationale de l'Habitation et de l'Urbanisme.
- Barker-Ciganikova, Martina, Kirsten Rüther, Daniela Waldburger, e Carl-Philipp Bodenstein (eds.) (2020). *The Politics of Housing in (Post) colonial Africa: Accommodating Workers and Urban Residents*. Berlin; Boston: De Gruyter.
- Bolas, Isabel (2021). *Tecnologia e Estado Novo: os cimentos e a materialização do corporativismo português*. Tese de doutoramento, ICS.
- Borges, Marcelo e Torres, Susana (2012). *Company Towns: Labor, Space, and Power Relations across Time and Continents*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Carvalho, Maria João Vilhena de (2014). *As esculturas de Ernesto Jardim de Vilhena: A constituição de uma colecção nacional*. Tese de Doutoramento, UNL.
- Carvalho, Rita Almeida de (2018). “Ideology and Architecture in the Portuguese ‘Estado Novo’: Cultural Innovation within a Para-Fascist State (1932-1945)”, *Fascism*, 7, 141-174.
- Chattopadhyay, Swati (2000). “Blurring Boundaries: The Limits of “White Town” in Colonial Calcutta”, *Journal of the Society of Architectural Historians*, 59, 154-179.
- Cooper, Frederick (1996). *Decolonization and African Society. The Labor Question in French and British Africa*. University of Michigan Press.
- Crawford, Margaret (1995). *Building the Workingman's Paradise: The Design of American Company Towns*. Londres; Nova Iorque: Verso.
- Domingos, Nuno (2020). “Arquitecturas coloniais, planeamento urbano e a representação da história imperial portuguesa”, in Bernardo Pinto da Cruz (ed.), *(Des)controlo em Luanda: Urbanismo, polícia e lazer nos musseques do Império*. Outro Modo, 25-49.

- Edgerton, David (2007). "Creole technologies and global histories: rethinking how things travel in space and time", *History of Science and Technology Journal*, 1, 75-112.
- Ferreira, Fátima Moura, Mendes, Francisco, e Pereira, Natália (coord.) (2016). *A Conquista social do território. Arquitectura e Corporativismo no Estado Novo Português*. Coimbra: Edições Tenacitas.
- Figueiredo, João (2022). "Uma panorâmica curiosa: Os diagramas etnológicos de José Redinha e a instrumentalização do seu trabalho etnográfico", in Teresa Fradique e Rodrigo Lacerda (eds.), *Modos de Fazer, Modos de Ser*. Lisboa: Etnográfica Press.
- Freire, Dulce (2012). "Estado Corporativo em Acção: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo", in Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coord.), *Corporativismo Fascismos Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 273-302.
- Freyre, Gilberto (1953). *Aventura e Rotina*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Fry, Jane e Drew, Maxell (1947) [2004]. *Village Housing in the Tropics, With Special Reference to West Africa*. Londres: Routledge.
- Garrett, Francisco de Almeida (1940). *A casa do colono em terras da África tropical: condições a que deve obedecer a construção da habitação do colono e do indígena*. Lisboa: Bertrand.
- Guha, Ranajit (1997). "Not at Home in Empire", *Critical Inquiry* 23, 3, 482-493.
- Hanretta, Sean (1999). "Space in the Discourses on the Elisabethville Mining Camps: 1923 to 1938", in Florence Bernault (ed.), *Enfermement, prison et châtiments en Afrique, du 19e siècle à nos jours*. Karthala, 305-335.
- Henriet, Benoit (2021). *Colonial Impotence: Virtue and Violence in a Congolese Concession, 1911-1940*. Berlim: De Gruyter.
- Home, Robert (2010). "From barrack compounds to the single-family house: planning worker housing in colonial Natal and Northern Rhodesia", *Planning Perspectives*, 15, 327-347.
- Jerónimo, Miguel Bandeira (2023), "As políticas do "bem-estar" no império português em África (Anos 1960)", *Varia Historia*, 39.
- Kamissek, Christoph e Kreienbaum, Jonas (2016). "An Imperial Cloud? Conceptualising Interimperial Connections and Transimperial Knowledge", *Journal of Modern European History*, 14, 2, 164-182.
- Louçã, Francisco (2020). "A jaula oligárquica: a modernização conservadora ao longo do século XX", in Fernando Rosas et al. (coord.), *O Século XX Português: Política, Economia, Sociedade, Cultura, Império*. Tinta da China, 118-203.

- Lund, Irene, Tshisuaka, Martin, e Robert, Yves (2017). “L’architecte Guillaume Serneels (1907-1970)”, *Clara*, 1, 219-241.
- Marcosson, Isaac (1921). *An African Adventure*. Nova Iorque: J. Lane.
- Martins, Alexandre (2017). “Fatores “genéticos” da política de habitação operária da Companhia União Fabril em Portugal: uma breve análise”, *Cadernos de História*, 18, 178-202.
- Milheiro, Ana Vaz (2012). *Nos trópicos sem Le Corbusier: Arquitectura luso-africana no Estado Novo*. Relógio de Água.
- Mottouille, Léopold (1946). *Politique Sociale de L’Union Minière du Haut Katanga pour sa Main- d’Oeuvre et ses résultats au cours de vingt années d’application*. Bruxelas: IRCB.
- Myers, Garth Andrew (2003). *Verandahs of Power: Colonialism and Space in Urban Africa*. Syracuse University Press.
- Nitsen, René Van (1933). *L’hygiène des travailleurs noirs dans les camps industriels du Haut-Katanga*. Bruxelas: IRCB.
- Njoh, Ambe (2007). *Planning Power. Town planning and social control in colonial Africa*. UCL Press.
- Parpart, Jane (1983). *Labor and Capital on the African Copperbelt*. Temple University Press.
- Redinha, José (1963 [1973]). *A Habitação Tradicional Angolana: Aspectos da Sua Evolução*. Luanda: CITA.
- Roberts, Wendy (2014). “Company Transfer: the Architectural Dialect at the Edges of Empire”, *Proceedings of the Society of Architectural Historians*, 31, 591-600.
- Rubbers, Benjamin (2018). “Mining towns, enclaves and spaces: A genealogy of worker camps in the Congolese Copperbelt”, *Geoforum*, 98, 88-96.
- Serrazina, Beatriz (2024). *A construção de um império: território, conexões e arquitectura na Companhia de Diamantes de Angola*. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.
- Tavares, Ana Paula (2009). *História, Memória e Identidade: Estudo sobre as sociedades e Lunda e Cokwe de Angola*. Tese de Doutoramento, FCSH.
- Uduku, Ola (2013). “Modernist architecture and ‘the tropical’ in West Africa: The tropical architecture movement in West Africa, 1948–1970”, *Habitat International*, 30, 396-411.
- Valentim, Cristina (2020). *Sons do Império, vozes do Cipale: canções tucokwe, poder e trabalho durante o colonialismo tardio na Lunda, Angola*. Tese de Doutoramento, FEUC.

- Vansina, Jan (1998). "Government in Kasai before the Lunda", *The International Journal of African Historical Studies*, 1-22.
- Vilhena, Ernesto (1954). *Aventura e rotina: crítica de uma crítica*. Luanda: Empresa Gráfica de Angola.
- Vita, Francesca (2023). *Arquitetura doméstica em diálogo. O papel da colonização portuguesa na forma de construir e habitar o espaço doméstico contemporâneo na Guiné-Bissau*. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto.
- Wimmer, Andreas e Schiller, Nina (2002). "Methodological nationalism and beyond: Nation-state building, migration and the social sciences", *Global Networks*, 2, 301-334.